

# **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO**

**REQUERIMENTO Nº      , DE 2012**

**(Da Sra. Deputada Erika kokay e do Sr. Deputado Domingos  
Dutra)**

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias desta Casa, para discutir a Política Nacional de Segurança Pública.

Sr. Presidente,

Com amparo nos dispositivos regimentais pertinentes, vimos requerer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão e em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em data a ser oportunamente marcada, visando à discussão da Política Nacional de Segurança Pública, tendo como convidado(a)s as seguintes autoridades:

- i)** Ministro da Justiça, Excelentíssimo Sr. José Eduardo Cardozo;
- ii)** Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Excelentíssima Sr<sup>a</sup>. Maria do Rosário;
- iii)** Luiz Eduardo Soares - Assessor do gabinete do Senador Lindberg Farias;
- iv)** Conselho Nacional de Segurança Pública – representante de organização da sociedade civil;
- v)** Conselho Nacional de Segurança Pública - representante de entidade dos trabalhadores da área de segurança pública.

**JUSTIFICAÇÃO**

A magnitude da violência no Brasil é extremamente preocupante. Nosso país é o sexto país do mundo em número de homicídios (aproximadamente 26 homicídios por 100 mil habitantes). Isso significa aproximadamente 50.000 homicídios por ano. No entanto, ao examinar os dados sob a ótica de cor/raça e por grupos etários os índices tomam proporções absurdas. Outro foco necessário é considerar a violência também por sexo e veremos que as mulheres são cada vez mais vítimas da violência de gênero.

Uma das respostas do Poder Executivo para o problema da segurança pública no Brasil foi a criação do Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. O Legislativo aprovou a Lei que cria o Pronasci (Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007) prevendo objetivos e diretrizes que contemplam, além da repressão à criminalidade, a prevenção e o respeito aos direitos humanos.

Em novembro de 2011, esta Comissão realizou audiência pública para debater de forma mais aprofundada as mudanças impulsionadas pelas propostas do PPA 2012-2015 e a LOA 2012 no tocante à política de segurança pública. À época, as análises e dados apresentados por organizações da sociedade civil atuantes no tema eram preocupantes, tendo em vista as profundas alterações nos objetivos e iniciativas de programas e ações, em especial no PRONASCI, além da redução de recursos orçamentários para área em questão, quando comparados ao exercício de 2010.

Em fevereiro de 2012, o Ministério da Justiça apresentou novas estratégias para a política de segurança pública, tendo como eixos, dentre outros, o Sistema Prisional; o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência (plano nacional de enfrentamento da criminalidade violenta e plano de enfrentamento da violência no trânsito); e o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública Prisionais e sobre Drogas (SINESP).

Ressalta-se que como parte da ação do Ministério da Justiça tem-se algumas proposições legislativas, de iniciativa do Poder Executivo, em tramitação nesta Casa desde novembro de 2011.

Por todo o exposto, a realização da audiência pública ora proposta, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, muito contribuirá para o parlamento conhecer melhor a política de segurança pública, contribuir para sua melhoria e oferecer espaço de interlocução com a sociedade civil que acompanha a temática.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2012 .

**"Justiça se faz na luta!"**

**ERIKA KOKAY**  
**Deputada Federal – PT/DF**

**DOMINGOS DUTRA**  
**Deputado federal - PT/MA**